

# **Origens familiares de Alberto Sampaio em Guimarães**





## RESUMO

As origens vimaranenses de Alberto Sampaio, remetem-nos, no século XVIII, para as freguesias de S. Romão de Rendufe, S. Martinho de Candoso, S. Pedro de Polvoreira e Santo Estevão de Urgeses de onde são naturais, pela linha materna, alguns dos seus trisavós. Os percursos familiares que aí têm origem conduzem-nos directamente aos lugares onde se irá fixar, mais tarde, uma parte dos seus descendentes: a casa da antiga rua dos Mercadores, propriedade de José António Teixeira e de Teresa de Abreu Cardoso, bisavós de Alberto Sampaio, situada no perímetro do burgo amuralhado da então vila de Guimarães, e o palacete do Largo da Misericórdia que a sua avó, Ana Rita de Abreu Cardoso Teixeira, comprou, em 1815, ao tenente-coronel António do Couto Ribeiro de Abreu. A partir de documentos pertencentes ao Arquivo da Casa de Boamense e ao Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, procurámos identificar os principais membros dos vários ramos familiares, recriar os cenários das suas vivências e perceber como se ampliaram os legados patrimoniais, através do casamento ou por herança. Nos trajectos de vida destes antepassados do historiador, destacamos ainda alguns dos acontecimentos de maior relevo em que foram protagonistas ou meros observadores, além de uma ou outra particularidade mais interessante das suas personalidades. ‘Pequenas memórias’ mantidas, quase sempre, no círculo fechado da família, merecedoras, contudo, de divulgação por facultarem o acesso à esfera da vida privada nos séculos XVIII e XIX, permitindo, deste modo, um conhecimento mais alargado da forma como as famílias estruturavam os seus usos e costumes.

## ORIGENS

Na investigação que realizámos sobre as origens familiares de Alberto Sampaio em Guimarães, não foi nosso intuito fazer um estudo aprofundado de natureza genealógica, mas tão-somente seguirmos a narrativa da história da família mais próxima, a partir da geração dos trisavós, pela linha materna, aquela que, claramente, está identificada como tendo raízes ancestrais na cidade berço da nacionalidade. Dos oito trisavós que se uniram por casamento no século XVIII, apenas num dos casais, marido e mulher são naturais de freguesias do concelho de Guimarães: António Abreu e Joana Maria de Abreu, ele de S. Pedro de Polvoreira e ela de S. Martinho de Candoso. Noutros dois casais, ambas as mulheres são vimaranenses e casadas com mercadores oriundos de terras de Basto: Esperança Antunes, nada e criada em S. Romão de Rendufe, consorciou-se com António Teixeira Guimarães e Maria Josefa de Santo Tomaz, a senhora dos Casais de Covas, da freguesia de Santo Estevão de Urgeses, com Manuel Lopes Moura. O último casal, Cristóvão da Cunha Ribeiro e Maria Novais de Passos, é o único cuja história de vida não está ligada a Guimarães, mas sim a Fafe. Destes quatro casamentos nasceram os bisavós maternos de Alberto Sampaio: Teresa de Abreu Cardoso com quem casará José António Teixeira e Ana Leonor Lopes a futura mulher de Manuel António da Cunha Ribeiro. As diferenças sociais e políticas das famílias dos bisavós – os Cardoso Teixeira, comerciantes e liberais, e os Cunha Ribeiro, proprietários fundiários, magistrados e absolutistas –, naquela época passíveis de obstaculizar a aproximação entre os seus membros, não constituíram, porém, entrave ao enlace de Ana Rita de Abreu Cardoso Teixeira com António Joaquim da Cunha Berrance, os avós maternos de Alberto Sampaio.



## OS FILHOS DO MERCADOR JOSÉ ANTÓNIO TEIXEIRA

José António Teixeira e Teresa de Abreu Cardoso, os pais de Ana Rita, bisavó de Alberto Sampaio, foram viver para a movimentada rua dos Mercadores, a dois passos da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, numas casas de «três sobrados com quatro portadas, fazendo frente para a dita rua dos Mercadores, e com um rossio nas traseiras delas que tem saída para o Ourado do Forno, onde tem outra pequena morada de Casas junto do dito rossio»<sup>1</sup>. A seguir ao nascimento dos seus quatro filhos – Ana Rita em Julho de 1785, José, no início de 1787, Maria Clara, no Verão de 1790 e Josefa Ermelinda, a mais nova, em Outubro de 1792 – esta casa passou a ser cenário de variadíssimos episódios na história da família, transformando-se num espaço de afectos e memórias e em local privilegiado de reunião das futuras gerações.

Maria Clara foi a primeira a abandonar a casa paterna para ingressar no Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, assim que completou 15 anos. A 17 de Agosto de 1805 os pais celebraram com as religiosas do convento um contrato de obrigação no qual ficavam obrigados a pagar uma contribuição anual de «sessenta mil réis em

<sup>1</sup> Arquivo da Casa de Boamense. Documentos Guimarães, caixa 19, maço 271, *Venda do Il.<sup>mo</sup> Luiz Barrozo Pereira à Ex.<sup>ma</sup> Dona Thereza Alexandrina da Cunha desta Villa*, fl. 1v.

dinheiro para cõngrua e sustentação de sua filha»<sup>2</sup> até à data da sua morte. Depois de Maria Clara entrar no convento, consumou-se, efectivamente, a sua “morte” para a vida terrena, não havendo outra qualquer menção ao seu nome ou à sua vida como religiosa nos documentos do Arquivo da Casa de Boamense.

No mês seguinte, a 9 de Setembro, o mesmo tabelião que se deslocara à rua dos Mercadores para lavrar o contrato de ingresso de Maria Clara no convento, foi de novo chamado, mas agora para contratualizar o dote de casamento da filha mais velha, Ana Rita, com António Joaquim da Cunha Berrance. O pai do noivo, Manuel António da Cunha Ribeiro, dotou-o com as «suas duas quintas de Berrance com todas suas pertenças», situadas em Ribeiros, no concelho de Montelongos, propriedades em Fafe, um olival e um engenho de azeite e ainda diversos foros. O noivo, por sua vez, dotou-se «de si para si» com os Casais da Quinta de Covas, em Santo Estevão de Urgeses, terras que tinha herdado de seu tio Bento José Lopes Ribeiro. No entanto, da escritura antenupcial fazia parte uma cláusula, na qual o futuro senhor da Casa de Berrance se comprometia a garantir à sua irmã Ana Josefa, enquanto permanecesse no estado de solteira, e à sua tia paterna, Ana Maria da Cunha, as condições necessárias para uma vida condigna, como até então tinham sido asseguradas por seu pai: «não casando a dita sua Irmã querendo conservar-se no estado de solteira reserva para ela no dito estado casas decentes para sua morada dentro da Quinta de Berrance, horta, e lenhas necessárias para seu gasto, quarenta alqueires de milhão, dez de mistura e feijão e uma pipa de vinho, e dez mil réis em dinheiro tudo anualmente; e casando, tudo avogará dele futuro Noivo: mais disse ele Dotador, que sobrevivendo a ele a sua Irmã Dona Ana Maria da Cunha será o mesmo Noivo obrigado a alimentá-la, e tratá-la com decência tanto na saúde como na moléstia, e fazer-lhe o bem da alma na forma do uso e costume da freguesia a pessoas da sua qualidade». Quanto ao dote da noiva, esta recebeu de seus pais a Quinta das Lagoas, em Santo Adrião de Vizela, com os respectivos prazos e as rendas, uma fazenda em Mouzelas, duas outras quintas e a propriedade do Souto em Montezinhos, no concelho de Guimarães, e ainda três rodas «com suas casas, hortas e pertenças» nas margens do rio Vizela, em S. João das Caldas<sup>3</sup>.

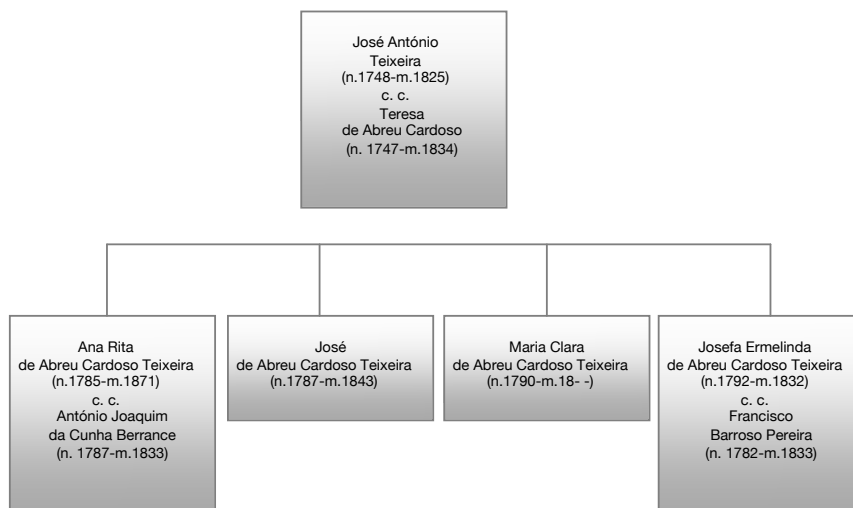
Josefa Ermelinda, a mais nova das três raparigas, casou com o magistrado Francisco Barroso Pereira, filho de uma ilustre família portuense. José António Teixeira, na época já um reputado homem de negócios, não deixou, provavelmente, de tirar proveito dos casamentos das filhas com pessoas distintas e cultas, sobretudo no tocante à ascensão social resultante da convivência com as famílias dos seus genros. António Joaquim da Cunha Berrance, o seu primeiro genro, era bacharel em Direito, tal como Francisco Barroso Pereira. Em 1830 exerceu o lugar de vereador da Câmara Municipal de Guimarães, embora tivesse renunciado ao cargo três meses depois de tomar posse, alegando incapacidade para «andar de meia e sapato». Francisco Barroso Pereira, natural do Porto, foi Provedor e Contador da Real Fazenda na Comarca de Guimarães, tendo prestado «serviços relevantes, e singulares» como os qualificou o Arcebispo de Braga, D. Miguel da Madre de Deus, em certificado passado com data de 12 de Fevereiro de 1816. Da lista dos serviços prestados por Barroso Pereira constam, entre outros, a «fiscalização da Fazenda Real naquela parte da Terça dos Benefícios Eclesiásticos, que se cometeu ao seu cuidado, comissão tão melindrosa como complicada, e por ele satisfeita da melhor forma possível; já no melhoramento da criação dos expostos, a quem providenciou com medidas saudáveis, e ainda mais na judiciosa e necessária reforma que deu às Caldas de Vizela levando-as a um Alto Grau de perfeição, sem o menor vexame do Povo, e com proveito conhecido de milhares que ali concorrem de toda a parte»<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Livro de Notas do Tabelião Nicolau António Pereira (N-1156), *Pr.<sup>o</sup> de D. Thereza d'Abreu Cardoso desta v.<sup>o</sup> de Cuim.*<sup>15</sup>, fls. 122-122v.

<sup>3</sup> Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Livro de Notas do Tabelião Nicolau António Pereira (N-1156), *Dote de Ant.<sup>o</sup> Joaquim da Cunha Rib.<sup>o</sup> e Moura da frg.<sup>o</sup> de Ribr.<sup>o</sup> con.<sup>o</sup> de Montelongo com D. Anna Rita d'Abreu Cardozo desta v.<sup>o</sup>*, fls. 147v.-149v.

<sup>4</sup> Arquivo da Casa de Boamense. Documentos Família Barroso Pereira, caixa 10, maço 122, *Dom Frei Miguel da Madre de Deos por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostolica Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Hespanhas do conselho de Sua Alteza Real.*

Finalmente José, o único rapaz dos quatro filhos do mercador, seguiu a carreira eclesiástica como cônego prebendado da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Contudo, a sua vida não se limitou à esfera do sagrado, como veremos mais à frente. A 12 de Fevereiro de 1819 foi armado cavaleiro da Ordem de Cristo pelo seu cunhado Francisco Barroso Pereira e, sete anos mais tarde, em Maio de 1826, cavaleiro da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.



### OS RAMOS CUNHA BERRANCE E BARROSO PEREIRA

Na sequência do seu casamento, Ana Rita foi viver para Mirandela onde o marido, António Joaquim da Cunha Berrance, exercia funções de juiz de fora. A 11 de Dezembro de 1808, nasceu Teresa Alexandrina, a primeira dos doze filhos do casal. Decorridos cerca de dois anos retornaram a Guimarães, instalando-se, temporariamente, em casa dos pais, na companhia dos dois irmãos de Ana Rita, o cônego José e Josefa Ermelinda, da criadagem e do caixeiro António José Peixoto. Num espaço de apenas quatro anos, Ana Rita deu à luz mais quatro filhos: Álvaro, Carlos, Emília Ermelinda (a mãe de Alberto Sampaio), e Gaspar. Com a perspectiva da família continuar a crescer Ana Rita decidiu, «com autoridade do seu marido»<sup>5</sup>, comprar um palacete por três contos e duzentos mil réis ao tenente-coronel das milícias do distrito de Basto, António do Couto Ribeiro de Abreu. A mudança ocorreu em 1815, ainda antes do nascimento da filha Matilde, a 9 de Novembro. Enquanto os três rapazes acompanharam os pais na nova residência, localizada no Largo da Misericórdia, ao fundo da rua dos Mercadores, as pequenas Teresa e Emília, com 6 e 2 anos respectivamente, permaneceram entregues aos cuidados dos avós maternos, do tio cônego e dos criados. Embora nunca mais voltassem a viver debaixo do mesmo tecto com os pais, os irmãos e as sete irmãs já nascidas no palacete, tal facto não prejudicou a união e o bom relacionamento entre todos.

Francisco Barroso Pereira, com quem se casou a filha mais nova do mercador, era filho do desembargador António Barroso Pereira e de Maria Inácia da Costa de Sampaio, neto paterno do também desembargador João Barroso Pereira, natural de Santa Maria do Salto, e neto materno do tenente-coronel e fidalgo da Casa Real,

<sup>5</sup> Arquivo Municipal Alfredo Pimenta. Livro de Notas do Tabelião Nicolau Teixeira de Abreu. *Compra que fez D. Anna Rita d'Abreu Car.ª Tei.ª ao Ten. Coronel Antonio do Couto Rib.ª d'Abreu, e a compradora com autoridade de seu marido o Dr. Ant.ª Joaq.ª da Cunha.*

António Dias Costa, natural de São Mamede de Negrelos. Francisco, dez anos mais velho do que a sua mulher, nasceu no Porto, no solar armoriado dos Barrosos, uma construção do século XVIII, cujo risco é atribuído ao arquitecto italiano Nicolau Nasoni. Por imperativo da nomeação de Francisco para Desembargador da Relação do Porto, o casal fixou-se nesta cidade com os seus quatro filhos. Esperavam-nos anos difíceis, marcados por uma série de acontecimentos funestos, a começar pela morte de cinco filhos, todos eles de tenra idade, até culminar com a de Josefa em Fevereiro de 1832, dois meses depois de dar à luz a pequena Sofia. Francisco não resistiu aos sucessivos desgostos causados pela perda dos filhos e da mulher, acabando por sucumbir, no final de 1833. Perante estas sucessivas fatalidades, a família de Guimarães tomou a dianteira para valer às sete crianças órfãs, acomodando-as na casa da rua dos Mercadores, juntamente com um tio paterno João Barroso Pereira, solteiro, que com elas vivia no Porto. As primas mais velhas Teresa e Emília Cunha Berrance, auxiliadas pela avó Teresa, o tio cônego, que havia sido nomeado tutor, e pelos criados da casa, proporcionam-lhes as atenções e os cuidados necessários para minimizar os efeitos do trauma provocado pela morte prematura dos pais e integrá-las no novo ambiente familiar. A vivência desses tempos reflectiu-se, como era expectável, num relacionamento de grande proximidade entre os primos, extensível, mais tarde, aos filhos de Emília, José e Alberto Sampaio.

### FINAL DA VIDA DO MERCADOR E DA SUA MULHER

Quando, em Março de 1825, José António Teixeira sentiu os primeiros sinais da «moléstia», entendeu que era chegada a hora de fazer testamento. Os três filhos, Ana, José e Josefa, foram nomeados seus herdeiros universais, mas por já haver dotado as filhas por altura dos seus casamentos, deixou ao filho várias outras propriedades e prazos, o prédio da rua dos Mercadores, todos os bens móveis que possuía e ainda o seu negócio. Quanto a Teresa e a Emília, já adolescentes e por quem o avô José António Teixeira nutria um carinho especial foram, naturalmente, objecto de distinção numa das suas disposições testamentárias: «quero porém que meu filho José além das prestações dos legados que dará a minhas Netas e afilhadas D. Teresa e D. Emília de meu genro António Joaquim da Cunha as trate bem e na sua companhia enquanto forem vivas e se conservarem no estado de solteiras querendo elas viver na sua companhia alimentando-as e vestindo-as e dando-lhes todo o necessário como eu até agora tenho feito e rogo a meu filho José que assim o faça como é minha vontade»<sup>6</sup>. O rol de prazos, propriedades e quantias em dinheiro que repartiu pelos filhos, genros e netos, era efectivamente considerável para um mercador, cujo património acumulado se deveu a um trabalho árduo e, sobretudo, à extraordinária capacidade de gerir e rentabilizar os negócios.

A doença de que padecia agravou-se, subitamente, ao ponto de no dia 20 de Julho já não conseguir escrever nem sequer assinar uma adenda ao testamento. A 7 de Agosto morria na sua casa, ficando sepultado, tal como tinha determinado, na Igreja de S. Francisco.

Teresa, a sua mulher, seguindo procedimentos idênticos ao marido, lavrou, três anos mais tarde, o seu próprio testamento. Às filhas Ana Rita e Josefa, sendo esta, na altura, ainda viva, instituiu por suas herdeiras nos «bens que já em si têm, e que lhes foram doados para seus casamentos», destinando os restantes bens para seu filho José. Octogenária, resistiu estoicamente nos dois últimos anos da sua vida ao desaparecimento da filha mais nova e dos seus dois genros, António Joaquim, em Março de 1833, e Francisco, em Dezembro do mesmo ano. No entanto, a idade avançada e o sofrimento de ver partir, num tão curto período de tempo, familiares muito próximos, contribuíram, certamente, para apressar a morte da bisavó de Alberto Sampaio, a qual viria a ocorrer no dia 9 de Março de 1834.

<sup>6</sup> Arquivo da Casa de Boamense. Documentos Guimarães, caixa 19, maço 271, *Testam.<sup>o</sup> de Joze Antonio Teixr.<sup>a</sup> Neg.<sup>a</sup> Matriculado, mor.<sup>o</sup> na Rua dos Mercadores desta vila de Guim.<sup>o</sup>*, fls. 2v.-3.



## O CÓNEGO JOSÉ DE ABREU

O cônego José de Abreu Cardoso Teixeira, para além de se dedicar ao exercício das suas funções eclesiásticas, seguia, como qualquer homem ilustrado do seu tempo, os acontecimentos sociais e políticos que animavam e constituíam motivo de conversa na vila. Partidário confesso do ideário liberal envolveu-se na política local, não se coibindo de fazer valer a sua opinião quando as circunstâncias assim o impunham. Em Julho de 1826, dias antes do juramento da Carta Constitucional, o cônego e alguns responsáveis da Santa Casa da Misericórdia aprovaram a expulsão de quatro irmãos, considerados miguelistas ferrenhos. Quando se deu a reviravolta política, desencadearam-se, um pouco por toda a parte, as perseguições em massa aos liberais, dirigidas pelo exército absolutista, sobretudo aos que eram acusados de cometerem actos criminosos e serem fautores de sevícias. O nome do cônego não deixou de figurar na lista de liberais citados por alvará do Presidente da Alçada do Porto, de 2 de Outubro de 1830, para comparecerem perante a justiça a fim de «se livrarem das culpas e crimes por que estavam pronunciados pelas devassas de rebelião». Para não cair nas mãos dos absolutistas restava-lhe apenas optar por uma de duas decisões: esconder-se, por tempo indeterminado até ocorrer a mudança de regime, ou engrossar os grupos de emigrados políticos que abandonavam o país em busca de segurança. Acabou por optar pela primeira, apostando no final próximo da guerra civil e na subida ao trono de D. Pedro IV, o qual viria depois a abdicar na sua filha D. Maria II.

A 20 de Outubro de 1838 decidiu fazer o seu testamento no tabelião Nicolau Teixeira de Abreu. Ao seu herdeiro o sobrinho Luís Barroso Pereira, filho mais velho da irmã Josefa Ermelinda, deixou, entre outras propriedades, «a Quinta da Fraga, e suas pertenças, sita na freg.<sup>a</sup> da Senhora da Oliveira desta Vila, e casas em que moro na rua dos Mercadores da mesma; ficando porém m.<sup>as</sup> sobrinhas D. Teresa, e D. Emília filhas de minha Irmã D. Ana usufruárias, e de posse de todos os ditos bens, ou sejam prazos ou alodiais, e dos móveis, e do negócio enq<sup>to</sup> vivas forem»<sup>7</sup>. Como já fizera o seu pai José António Teixeira, também o tio cônego quis garantir, numa das suas disposições testamentárias, um futuro livre de encargos e de preocupações financeiras às duas sobrinhas, Teresa, na altura com 30 anos, e Emília com 25 anos. A mesma atenção lhe mereceu o velho caixeiro António José Peixoto que tinha começado a trabalhar como criado na casa dos seus pais, ao pedir ao seu herdeiro e sobrinho Luís, assim como a Teresa e Emília, senhoras, agora, das casas da rua dos Mercadores, para aprovarem as contas «que este der relativas ao negócio, e que enq.<sup>to</sup> ele quiser administrar o mesmo negócio [...] lhe dêem cama, e mesa como até agora, e a metade dos interesses do mesmo. Tirárá também do negócio, e independentemente do seu interesse os seus ordenados, e os de seu irmão José Peixoto que se lhes estiver devendo até o dia do meu falecimento»<sup>8</sup>. Os velhos criados Ana Olaia e o negro Anacleto também não seriam esquecidos pelo cônego, manifestando vontade, a dado passo do testamento, que as sobrinhas os tratassem «com caridade no estado de saúde e de doença enquanto vivos forem»<sup>9</sup>. Antes de morrer, no dia de Natal de 1843, José de Abreu Cardoso Teixeira presenciou, pelo menos, dois acontecimentos com os quais rejubilou de alegria: o casamento da sua sobrinha Emília Ermelinda com o juiz substituto da comarca de Guimarães, Bernardino de Sampaio Araújo, em Maio de 1840, e o nascimento dos dois filhos do casal, seus sobrinhos-netos e ambos afillhados, José a 5 de Fevereiro e Alberto a 15 de Novembro de 1841.

<sup>7 8 9</sup> Arquivo da Casa de Boamense, Documentos Guimarães, caixa 19, maço 271, *Testam.<sup>to</sup> do Rv.<sup>o</sup> Joze d'Abreu Cardoso Teixeira, Cavaleiro das Ordens de Christo e Con.<sup>ção</sup>, Conego Prebendado na Insigne Collegiada desta V.<sup>a</sup> de Guim.<sup>o</sup>, fls.1v.-2v.*

## A CASA DA RUA DOS MERCADORES

Data de 18 de Janeiro de 1848 a escritura em que Teresa compra ao seu primo Luís Barroso Pereira o prédio da rua dos Mercadores e a Quinta da Fraga «com todas as expressadas Casas, terras e Propriedades»<sup>10</sup> pela quantia de quatro contos oitocentos e cinquenta mil réis. A necessidade de realizar dinheiro para conseguir cumprir os legados do testamento do tio cônego e outros, ainda não solvidos, que constavam do testamento do seu avô, esteve na origem da venda dos imóveis à prima mais velha. A dona dos Trigais, nome pelo qual Teresa era conhecida em Guimarães, tinha 44 anos quando casou, em Abril de 1852, com o seu primo direito José Barroso Pereira, filho de Francisco e Josefa. Do noivo, quinze anos mais novo do que ela, sabemos, por um depoimento de Maria Henriqueta Leal Sampaio, sobrinha de Alberto Sampaio, que era um homem «bom, modesto, muito habilidoso e muito conversador», mestre na arte de trabalhar no torno madeira e marfim, particularmente dotado para pintar e bordar. Teresa e José não tiveram filhos, sendo talvez essa uma das razões do especial afecto que os ligou a José e Alberto, bem como da forte presença que tiveram nas suas vidas. Mas não só, pois esta estreita proximidade entre tios e sobrinhos encontra também justificação na morte prematura do pai em Março de 1842, tinha José acabado de completar um ano e era Alberto ainda uma criança de colo com apenas 4 meses. Tal como acontecera nove anos antes, quando os primos Barroso Pereira enfrentaram a perda dos pais, uma vez mais a família desmultiplicou-se em atenções para que nada faltasse a Emília. Viúva aos 29 anos e com duas crianças nos braços, Emília refugia-se, nos primeiros tempos, na casa onde nascera, rodeada pelo carinho da mãe, dos irmãos, dos primos e dos sobrinhos. No entanto, mal se fortaleceu, toma a decisão de se instalar na Casa de Boamense, em Cabeçudos, uma pequena freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão, com a firme intenção de gerir *in situ* as propriedades do marido, cuidando assim do património dos filhos, os quais, mais tarde, poderiam dele tirar precioso proveito, caso necessitassem.

## A FAMÍLIA DE GUIMARÃES

Os mais de 20 quilómetros a percorrer em carro de cavalos por estradas e caminhos nem sempre nas melhores condições para viajar, não constituíam, todavia, impeditivo para Emília e os seus filhos se deslocarem a Guimarães, o que faziam com alguma regularidade, segundo os registos encontrados num caderno de anotações de despesas. A educação de José e Alberto, a cargo da mãe, era também acompanhada de perto pelos tios maternos por quem ambos tinham grande respeito, sujeitando-se, não raras vezes, às decisões tomadas em conselho de família.

Os anos passados em Coimbra, durante a frequência na Universidade, não foram isentos de episódios próprios de uma juventude inquieta e, por vezes, irreverente, ansiosa por se afirmar e se libertar da tutela dos mais velhos. Logo no primeiro ano do bacharelato em Direito, José, Alberto e o primo António Joaquim da Cunha Berrance, filho do irmão de Emília, Carlos da Cunha Berrance, participaram, juntamente com outros estudantes, numa cena de praxe a um caloiro da qual resultaram sérias consequências. Aos mandantes da praxe, José e António Joaquim, o Conselho de Decanos sentenciou a pena de expulsão da Universidade por dois e um ano respectivamente, enquanto aos restantes estudantes da *troupe*, entre os quais Alberto Sampaio e Antero de Quental, condenou a oito dias efectivos de prisão no cárcere académico.

Mais tarde, em Abril de 1864, já Alberto Sampaio concluíra o bacharelato, verificou-se um novo episódio relacionado com a realização de uma greve académica em acção de protesto por não ter sido concedido o *perdão*

<sup>10</sup> Arquivo da Casa de Boamense, Documentos Guimarães, caixa 19, maço 271, *Venda do Ill.º Luiz Barroso Pereira à Ex.ª Dona Thereza Alexandrina da Cunha desta Villa*, fl. 3.

*de acto* por altura do nascimento do príncipe D. Carlos. Na sequência do envio pelo governo de um batalhão de infantaria para aplacar os ânimos dos estudantes, a Academia, num gesto simbólico de virar costas ao autoritarismo, abandonou a cidade e dirigiu-se para o Porto, «o berço da liberdade portuguesa». José e António integravam, como facilmente se depreende, o grupo que viajou de comboio até ao Porto. Datam deste período algumas cartas de Alberto Sampaio ao seu irmão, remetidas de Boamense para Coimbra, escritas num tom de manifesta cumplicidade, onde presta saborosas informações sobre as reacções de alguns dos membros da família, nomeadamente do progenitor de António Joaquim, às notícias que iam chegando a Guimarães. Numa carta datada de 6 de Maio de 1864, Alberto aconselhava o primo a refugiar-se em Boamense «até a cólera paterna ser aplacada» pois o «Tio Carlos ficou furo, segundo me informaram com a desobediência filial»<sup>11</sup>. A 28 de Maio, numa outra carta, ao mesmo tempo que se mostrava preocupado com o primo «vista a ferocidade paterna», transmitia-lhe o seu apoio: «Fico com cuidado por causa do António. Logo que ele faça acto, manda dizer; no caso de lhe suceder desgraça, se eu for preciso para alguma coisa estou às ordens. Ele que se não aflija; não há cólera que se não pacifique»<sup>12</sup>. Já noutra carta escrita por altura dos exames, dava largas ao seu sentido de humor: «No caso de te teres saído mal, recomendo-te que tornes a adoecer. Vejamos porquê. A notícia da tua moléstia (*credite posteris*) produziu consternação na família. O Tio Gaspar que veio cá então, estava consternado. E creio que a opinião comum era: mais vale burro vivo, que doutor morto. [...] Adoece, adoce – oh, burro vivo! se porventura te não chamarem os fados ao bacharelato»<sup>13</sup>.

A 10 de Janeiro de 1871 morria a avó Ana Rita na sua Casa do Terreiro. Nesse mesmo ano, Teresa Alexandrina, a morar na rua dos Trigais, fez o seu testamento. Sem descendentes do casamento com o primo José, nomeou para seu herdeiro o sobrinho, José da Cunha Sampaio, transmitindo-lhe a «Quinta da Fraga e todas as suas pertenças – a Casa onde moro na rua dos Trigais, e todas as suas pertenças: – a Casa na rua dos Mercadores, como outra para a rua do Ourado do Forno, e suas pertenças, todas estas propriedades sitas na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, sejam os prazos de qualquer natureza que forem, e enfim todos e quaisquer bens que eu possua, assim como todos os meus direitos e acções»<sup>14</sup>. Quanto à Quinta da Fraga, as suas cunhadas Maria José e Rita Barroso Pereira tinham direito ao respectivo usufruto e só por morte destas José estava autorizado a tomar posse das propriedades.

## A QUINTA DA FRAGA

A história desta quinta perde-se no tempo. Um dos mais antigos documentos respeitantes a esta propriedade, encontrados no Arquivo da Casa de Boamense, data de 1758 e diz respeito à renovação do prazo do casal da Fraga. Treze anos mais tarde, em Dezembro de 1771, Joana Maria Teixeira de Melo, viúva de José António Pinto da Cunha, comprou o casal, também conhecido por casal do Paraíso, a Maria Josefa de Andrade Monteiro, viúva de João Machado de Miranda, e aos seus três filhos. Por morte de Joana, o seu filho, João Pinto Teixeira Coelho, alferes de cavalaria do regimento de Mirandela, herdou a propriedade, tendo requerido, a 18 de Setembro de 1799, ao Procurador do Dom Prior da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira consentimento para hipotecar «toda a quinta da Fraga de Paraíso desta mesma vila de que é senhor do domínio útil cuja quinta se compõe de dois Prazos um deles foreiro ao II.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Cabido de N. Sr.<sup>a</sup> da Oliveira e outro ao II.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Dom Prior»<sup>15</sup>, a

<sup>11</sup> Arquivo Municipal Alberto Sampaio. Fundo Documental Alberto Sampaio, Carta de Alberto Sampaio a José Sampaio. Boamense, 6 de Maio [de 1864].

<sup>12</sup> Arquivo Municipal Alberto Sampaio. Fundo Documental Alberto Sampaio, Carta de Alberto Sampaio a José Sampaio. Boamense, 28 de Maio [de 1864].

<sup>13</sup> Arquivo Municipal Alberto Sampaio. Fundo Documental Alberto Sampaio, Carta de Alberto Sampaio a José Sampaio. Boamense, final de 1864.

<sup>14</sup> Arquivo da Casa de Boamense, Documentos Guimarães, caixa 19, maço 273, *Testamento da Ex.<sup>ma</sup> D. Thereza Alexandrina da Cunha Teixeira*, fls. 1-1v.

<sup>15</sup> Arquivo Casa de Boamense, Documentos Guimarães, caixa 19, maço 259. Requerimento ao Procurador do Dom Prior da Colegiada de Guimarães.

fim de servir de garantia ao empréstimo que contraíra com o mercador José António Teixeira. Vinte anos mais tarde, por incumprimento do pagamento do empréstimo, o bisavô de Alberto Sampaio entrava, acompanhado do tabelião e de testemunhas, na Quinta da Fraga, e seguindo o ritual de quem tomava posse efectiva da propriedade «entrou nas casas desta quinta tanto de sobrado como térreas e por todas andou e passou abriu e fechou as portas e janelas e pondo as mãos pelas paredes e depois passou aos campos e terras e por todos andou e passeou»<sup>16</sup>.

A partir de Abril de 1827, o casal dos Trigais composto por «nove moradas de casas sobradadas e só uma delas térrea, seu quintal, e uns campos de terra lavradia com árvores de vinho» incorporou a Quinta da Fraga, por compra que o cônego José de Abreu Teixeira fez a Manuel José Martins Brandão, morador em Lisboa. Já na década de 1860, Teresa Alexandrina requereu autorização à Câmara de Guimarães para «reedificar uma morada de casas novas no sítio dos Trigais», demolindo as que lá se encontravam «por se acharem velhas»<sup>17</sup>. Nessa casa morreu a dona dos Trigais em Março de 1886. Passados dois anos, no mesmo mês, morreu também o seu marido, José Barroso Pereira.

A história da Quinta da Fraga e da Casa dos Trigais conheceu o seu epílogo na década de 1920, com o «projecto de uma avenida, rotunda, paços do concelho e repartições públicas sobre os Trigais». Ao ofício que a então Câmara Municipal de Guimarães dirigiu a António Vicente Leal Sampaio, com data de 5 de Maio de 1924, a informar a aprovação do projecto pelo Governo e o início do processo de expropriação de 5000 m<sup>2</sup> de terrenos da Quinta de Fraga, o sobrinho de Alberto Sampaio respondeu com a elevação de quem compreende a necessidade de abrir mão do património familiar em prol do progresso de Guimarães: «Compreende V. Ex.<sup>a</sup> quanto desgosto me causa o retalhamento dos terrenos que a Câmara da sua presidência pretende expropriar-nos na quinta da Fraga, por ser antiga de família, e que assim desejávamos conservar. No entanto, desde que, aprovado o projecto, isso senão pode evitar, de modo algum desejo criar embaraços a um melhoramento tão importante para essa cidade, à qual me ligam gratíssimas recordações, e por cujo desenvolvimento sempre tive e tenho o maior entusiasmo»<sup>18</sup>.

## EPÍLOGO

Em Guimarães, na casa da rua dos Mercadores, actual rua da Rainha, lugar onde confluem histórias de família que nos são transmitidas pela leitura dos documentos cuidadosamente preservados à guarda dos descendentes de José e Alberto Sampaio, interrogamo-nos, com um sentimento de enorme curiosidade, quantas vezes os olhares sonhadores de José António, da sua mulher Teresa e de todos os que depois deles habitaram esta casa, não se terão alongado para além de quanto dela se avistava tentando imaginar como seriam as “gentes” de Guimarães, suas descendentes, no século XXI? Nunca o saberemos, mas trazendo-os até nós em pensamento, ocorrem-nos, a propósito, os versos de um belo poema de Sophia de Mello Breyner:

*penetramos nos segredos*

*Das vozes dos silêncios dos instantes.*

<sup>16</sup> Arquivo Casa de Boamense, Documentos Guimarães, caixa 19, maço 259. *Auto de posse dada ao comprador José António Teixeira por mo requerer na forma de Escritura.*

<sup>17</sup> Arquivo Casa de Boamense, Documentos Guimarães, caixa 19, maço 257, Requerimento à Câmara Municipal de Guimarães.

<sup>18</sup> Arquivo Casa de Boamense. Documentos Guimarães, caixa 19, maço 261, Minuta da carta de António Vicente Leal Sampaio ao Presidente da Câmara Municipal de Guimarães. Póvoa de Varzim, 15 de Maio de 1924.

**BIBLIOGRAFIA**

*Correspondência (Vol. II) – Cartas de Alberto Sampaio*. Organização, introdução e notas Emília Nóvoa Faria e António Martins. Ribeirão: Edições Húmus, 2009.

Faria, Emília Nóvoa; Martins, António – *Fotobiografia de Alberto Sampaio: A Paixão das Origens*. Guimarães: Capital Europeia da Cultura, 2012.

Faria, Emília Nóvoa; Martins, António – “Bernardino de Sampaio Araújo: um famalicense nas hostes liberais”. *Boletim Cultural*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal, n.º 2, III série, 2006.

Meireles, Maria José Marinho de Queirós; Faria, Emília Nóvoa; Martins, Alexandre – *Um olhar sobre José Sampaio*. Catálogo exposição bio-biblio-iconográfica. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2000.

Moraes, Maria Adelaide Pereira de – “Raízes Vimaranenses de Alberto Sampaio” in *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*. Guimarães: Câmara Municipal, 1995.